

Mulheres

nas

eleições

2010

José Eustáquio Diniz Alves
Céli Regina Jardim Pinto
Fátima Jordão
Organizadores

Assimetrias de gênero nas campanhas eleitorais para a Câmara Federal

Maria das Dores Campos Machado*
Rosanete Steffenon**

Os resultados dos pleitos eleitorais realizados no período posterior à adoção da política de cotas no Brasil demonstram que, a despeito das alterações na legislação eleitoral na tentativa de promover a equidade de gêneros nas esferas de representação política, as cadeiras das casas legislativas continuam a ser predominantemente ocupadas por atores políticos do sexo masculino. Com intuito de contribuir para o debate sobre a reprodução dessa desigualdade, esse artigo apresenta uma análise qualitativa das campanhas eleitorais de 2010 para a Câmara Federal, a partir do cruzamento de três fontes de dados: os *sites e/ou blogs*¹ das candidaturas; o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral; e o *survey* realizado junto aos/às candidatos/as.

A amostra que serviu de base para o monitoramento das candidaturas resultou de um sorteio entre os candidatos de 14 Estados das diferentes regiões brasileiras e dos partidos com representação na Câmara a partir das eleições de 2006.² Todas as unidades federativas do Sul e do Sudeste

* Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ. Sou grata ao CNPq pelo apoio financeiro concedido na forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Registro também os agradecimentos à Faperj pela Bolsa de Iniciação Científica da aluna Amanda Barreto, que trabalhou nesse projeto sob minha orientação, e à Clara Maria de Oliveira Araújo, que leu e deu valiosas contribuições a esse texto.

** Mestranda da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ.

¹ Site é um conjunto de páginas interligadas que veiculam informações e documentos de uma pessoa, empresa, instituição num determinado domínio (endereço) na Internet (servidor de hospedagem). O blog tem características de um site, mas sua estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos ou “posts”.

² Os partidos foram: DEM; PMDB; PR; PP; PSB; PTB; PDT; PSDB; PT; além das agremiações que foram trabalhadas de forma agrupada.

brasileiro foram incluídas, enquanto no Nordeste foram pré-selecionados Pernambuco, Sergipe e Bahia e, no Norte, os Estados do Amapá e Amazonas. A seleção da amostra contemplou também os critérios de equivalência do número de candidatos por sexo e de proporcionalidade, no que se refere aos partidos e às regiões. Assim, foram sorteados 260 nomes de candidatos, iniciando-se, em agosto de 2010, a pesquisa de localização de seus *sites* e *blogs* na Internet. Deve-se esclarecer ainda que menos de um terço dos selecionados possuía sítios na Internet, mas foi a partir desse critério que se constituiu a configuração básica dos atores políticos cujas candidaturas serão examinadas nesse texto.

Tabela 1

Candidatos à Câmara Federal selecionados, por sexo, segundo fonte de dados – 2010

Fonte dos dados	Mulheres	Homens	Total em cada fonte
<i>Blog/site</i>	23	58	81
Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral	18	44	62
Entrevista	11	23	34

Fonte: Pesquisa A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010.

A diferença no número de políticos/as nas três fontes de dados (Tabela 1) resulta de diferentes fatores. O primeiro refere-se à própria natureza das campanhas nas mídias digitais e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, uma vez que os *sites* e *blogs* são recursos eleitorais basicamente individuais,³ enquanto a participação no HGPE depende das estratégias partidárias e das alianças tecidas no período pré-eleitoral. Ou seja, nem todos/as candidatos/as conseguem inserção nos programas do horário eleitoral. O segundo fator é a dificuldade em conseguir que esses/as políticos/as participassem do *survey*. Assim, dos 260 políticos/as cujos nomes foram selecionados, 225 foram contactados e só 134 aceitaram responder às perguntas e, desse subconjunto, apenas 34 dispunham de *blogs* e/ou *sites*. De qualquer maneira, enfatiza-se que se trata de uma análise qualitativa e que a comparação e complementação dos dados da Internet, do HGPE e do *survey* podem auxiliar na identificação dos desafios a serem enfrentados na luta contra a sub-representação feminina nas competições eleitorais e no Parlamento brasileiro, de uma forma mais ampla.

³ Apenas a candidata Luci Choinacki (PT/SC) utilizava *site* institucional, pertencente ao seu partido e denominado Página 13, no qual tem registrada sua biografia.

Como a configuração de políticos/as foi construída a partir dos *blogs/sites*, é preciso informar que, posteriormente ao levantamento daqueles que dispunham de mídias digitais para sua campanha, o conteúdo foi gravado, lido e registrado em planilhas individuais, que contemplaram os dados básicos de identificação do sítio, os recursos tecnológicos e as referências visuais empregadas, assim como os dados relativos aos candidatos de ambos os sexos: biografia, agenda política, representação de interesses, entre outros. Além dessa primeira visita, os sítios foram monitorados durante a campanha eleitoral por meio de *feeds*,⁴ que facilitaram o acompanhamento das atualizações recebidas automaticamente em *e-mails* criados especificamente para tal fim.

A campanha eleitoral na mídia

Dos 81 candidatos/as com campanha na web, 58 eram do sexo masculino e 23, do feminino. Entretanto, apenas 44 homens e 18 mulheres desse grupo tiveram inserção no HGPE, como mostra a Tabela 1. Ou seja, as mulheres representavam um pouco mais de um quarto dos sorteados que tinham campanha na mídia digital e menos da metade dos que fizeram campanha na TV, corroborando as teses do *gap* de gênero em relação aos recursos eleitorais, apontadas em investigações anteriores (ARAÚJO, 2007).

Entre essas candidaturas com *sites* e/ou *blogs*, constatou-se grande concentração no Sudeste (40), seguido pelas Regiões Nordeste e Sul, cada uma com 14, o Centro-Oeste, com nove, e o Norte, com quatro. Seguindo a tendência da configuração mais ampla, o número de candidaturas femininas com sítios na web também foi maior no Sudeste (11), embora proporcionalmente inferior ao de homens. O equilíbrio entre os dois sexos só ocorreu na Região Norte, onde foram localizados *blogs/sites* de duas mulheres e dois homens, entre os sorteados.

A distribuição desigual por sexo na mídia digital espelha a representação na Câmara na legislatura anterior, pois as Regiões Sul e Sudeste foram as que mais elegeram mulheres em 2006 e, mesmo assim, as duas tinham mais do que o dobro de parlamentares do sexo masculino naquela casa. Da mesma forma a Bahia, onde a assimetria entre os políticos dos sexos masculino e feminino se mostrou maior, tem sido um dos Estados com as piores *performances* de elegibilidade das mulheres.

⁴ O termo é empregado para a ferramenta que permite atualização frequente dos conteúdos veiculados nos sítios da Internet.

São Paulo, a unidade federativa de maior poder aquisitivo e desenvolvimento econômico, encabeça o *ranking* dos seis Estados com mais candidaturas (18) que apresentaram *sites/blogs*. Em seguida, aparecem Rio de Janeiro (16), Bahia (nove), Goiás (seis) e Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cada um com cinco candidatos que utilizaram esse recurso eleitoral.

Deve-se acrescentar que, além do fato de apenas 31% dos atores políticos com nomes sorteados terem realizado campanhas nas mídias digitais no pleito de 2010, pouquíssimos foram os que durante a inserção no HGPE divulgaram os endereços de suas mídias: quatro candidatos.⁵ Entre aqueles que fizeram campanha na Internet, a maior parte (59) utilizou *sites*. No entanto, observou-se que 19 candidatos/as hospedavam, em seus *sites*, os próprios *blogs*, recorrendo, assim, às duas mídias durante o período eleitoral, enquanto 22 candidaturas optaram por utilizar apenas os *blogs*.

A utilização de *sites* mostrou-se mais frequente para os candidatos do sexo masculino e aqueles/as que concorreram à reeleição, talvez por que esse tipo de mídia seja mais estruturado, existe há mais tempo e, por isso, tem um *modus operandi* mais conhecido do que os *blogs*. Afinal, esses políticos, comparados aos que se candidatam pela primeira vez, veiculam maior variedade e quantidade de informações, tais como seções de notícias, atuações parlamentares, projetos de lei, biografia, contato, fotos, etc. Além disso, pode-se supor que essas mídias tenham também sido criadas com o objetivo de fazer com que o contato entre político e eleitor se estabeleça para além do período de disputa eleitoral; e ainda que a própria estrutura institucional das casas legislativas – assessoria, secretaria – facilite a produção de material digital para a Internet.

É importante informar que, dos 59 *sites*, apenas quatro dispunham da ferramenta de contagem do número de acessos, que pertenciam a Lauro Botto (PV/RJ), Virgílio Neto (PSDB/DF), Antonio Brito (PRTB/BA) e Mara Cristina Gabrilli (PSDB/SP). No caso dos *blogs*, do total de 41, cinco apresentavam esse recurso: Thiago Matias (DEM/GO); Nilmário de Miranda (PT/MG); Airtton Sudbrak (PT/SC); Rogério Farah (PT/MG); e Liliam Sá (PR/RJ). Na segunda quinzena de setembro, o *blog* de Nilmário Miranda registrava o maior número de acessos, com 50.000 visitas, enquanto o da candidata Liliam Sá acusava a menor quantidade (18.175 acessos).

⁵ Marcelo Verly de Lemos (PSDB/RJ); Abdala Abi Faraj (PP/SC); Ivan Valente (PSOL/SP) e Severino de Souza Filho (PSB/PE).

A frequência das atualizações da maior parte de *sites* e/ou *blogs* era semanal, independentemente do sexo, vindo em seguida as atualizações diárias, mensais e outras. Apenas dois candidatos do sexo masculino não atualizaram o sitio na Internet depois da data de criação: Dennys Haddad (PSB/SP), que dispunha de um *site*, e Jorge Luiz Araújo Costa (PDT/BA), que contava com um *blog*. Vários sítios apresentavam a possibilidade de acesso às outras mídias do/a próprio/a candidato/a e às suas redes sociais (*facebook*, *orkut*, *flickr*, *twitter*, entre outras), além de oferecerem *links* de acesso aos *sites* dos próprios partidos, de outros candidatos, da Câmara dos Deputados, de movimentos sociais, de instituições governamentais, etc.

Mais da metade dos *sites* e/ou *blogs* oferecia *e-mail* para que os interessados entrassem em contato para contribuir na distribuição de material e/ou permitia a participação do/a seguidor/a eleitor/a com postagem de comentários. A divulgação de *e-mail* para solicitação de material de campanha, assim como de *links* para doações, foi proporcionalmente superior entre as candidaturas femininas. A maior utilização desses recursos pelas mulheres nas chamadas dos seus sítios sugere que as candidatas buscam apoio voluntário dos internautas, tanto para a distribuição de material de campanha como para a doação de recursos com vistas a ampliar a votação, talvez por não contarem com outros atores e recursos influentes. Os dados apresentados por Sacchet e Speck, nesse livro, confirmam esses resultados, demonstrando que a proporção de candidaturas femininas que dependem das doações de pessoas físicas é maior do que a dos homens.

Tabela 2

Candidatos à Câmara Federal que possuíam *sites/blogs*, por sexo, segundo interatividade nas mídias – 2010

Interatividade	Mulheres	Homens	Total
Sim	13	36	49
Não	10	22	32
Total	23	58	81

Fonte: Pesquisa A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010.

As ferramentas que permitem a participação do internauta por meio de enquete ou comentário foram menos utilizadas do que a de contatos via *e-mail*, sendo que a postagem de comentários se mostrou numericamente inexpressiva. Além disso, embora a estrutura dos *blogs* possibilite a criação de novos espaços de discussão política, como fóruns de debate e

diálogo entre os comentaristas, constatou-se que os comentários expressavam mais sentimentos pessoais e descontentamentos isolados do que posições político-ideológicas. Esses dados corroboram a tese de Santos et al. (2009, p. 176) de que, “apesar de serem novos espaços para a promoção da democracia, os *blogs* em si mesmos não garantem a formação de um debate profícuo, pelo qual os participantes procuram apresentar argumentos e fatos que comprovem suas posições”.

De qualquer maneira, os sítios das candidaturas masculinas revelaram-se mais dinâmicos do que os das candidaturas femininas, uma vez que empregavam diferentes elementos e/ou tecnologias na apresentação do candidato e de sua agenda política (vídeos, fotos, textos, imagens, música de campanha, etc.). Candidatos como Emiliano José (PT/BA), Artur de Oliveira Maia (PMDB/BA), Nilmário Miranda (PT/MG) e Silvio Torres (PSDB/SP) destacaram-se entre aqueles que postaram mais notícias e textos em suas mídias eletrônicas. Só para ilustrar, o *blog* e/ou *site* de cada um deles possuía mais de 100 páginas na segunda quinzena de setembro de 2010. Já entre as mulheres, Iriny Lopes, Ana Arraes, Zulaiê Cobra e Benedita da Silva foram as que mais atualizaram suas mídias, mas o número de páginas dessas não atingiu o patamar dos políticos do sexo masculino, citados anteriormente. Benedita da Silva, com sua importante biografia política, tinha no seu *blog* 34 páginas na segunda semana de setembro.

Essa diferença, que pode estar ligada ao desequilíbrio de recursos financeiros disponíveis para as candidaturas masculinas e femininas, também foi percebida nas inserções dos/as candidatos/as no HGPE, em que o número dos candidatos do sexo masculino cuja propaganda apresentava efeitos especiais, letrero, produção em estúdio e vinhetas de aberturas, por exemplo, era proporcionalmente superior ao das mulheres. Só para ilustrar, dos 44 candidatos do sexo masculino selecionados, 19 apresentaram vinhetas de aberturas em suas campanhas na TV, enquanto apenas duas, das 18 candidaturas femininas, usaram o mesmo recurso.⁶

Segundo Araújo (2001), as campanhas mais individualizadas e marcadas por competição intrapartidária tendem a requerer redes de apoio e financiamento maiores. A isto se soma a ausência de financiamento público e democrático das campanhas, o que afeta principalmente as candidaturas de setores que tradicionalmente estão ausentes das instâncias políticas e

⁶ Os dados para o universo mais amplo dos candidatos à Câmara Federal que apareceram no HGPE indicam que a diferença entre homens e mulheres que veicularam vinhetas de aberturas não é tão significativa como a encontrada entre aqueles e aquelas que dispunham de campanha em *sites* e/ou *blogs*.

estão tentando ingressar nelas, cenário que se torna complexo e adverso também às mulheres que tentam se eleger fora dos padrões tradicionais de ingresso feminino. A análise das formas de financiamento das campanhas para a Câmara Federal no pleito de 2010 reforça essa perspectiva, demonstrando que as desigualdades identificadas na configuração dos/as políticos/as que utilizaram o ciberespaço na disputa eleitoral expressam a realidade das candidaturas em geral.⁷

Para além da assimetria de gênero na interatividade e nos recursos tecnológicos utilizados, os sítios das candidaturas masculinas apresentavam, por ordem de recorrência, as seguintes referências visuais: fotos, identificação partidária, endereços de *blogs* e outras mídias, sigla ao fundo, uso das cores da bandeira do Brasil, *link* para doação, nome de grupos e símbolos religiosos. Já os sítios das candidatas utilizavam, também por ordem de importância: fotos, endereços de outras mídias, identificação partidária, sigla ao fundo, uso das cores rosa e lilás, cores da bandeira do Brasil, *link* para doação, símbolos do sexo feminino e religiosos. É interessante enfatizar que, enquanto as candidaturas masculinas exploraram amplamente as referências visuais que indicavam a vinculação partidária e o sentimento de identidade nacional, somente a metade das mulheres lançou mão de símbolos e cores dos partidos e da bandeira nacional nos sítios da Internet. Deve-se registrar ainda que, enquanto mais de um quarto dos sítios das candidatas utilizou a cor rosa e um quinto recorreu ao lilás, cores frequentemente associadas ao gênero feminino, apenas a candidata Janete Rocha Pietá (PT, SP) empregou o símbolo do sexo feminino para ilustrar sua mídia digital.

No HGPE, a identificação partidária e as imagens do candidato ao governo do Estado foram os elementos visuais mais utilizados por candidatos à Câmara Federal de ambos os sexos. Uma das razões que provavelmente leva à menor diferença entre as candidaturas masculinas e femininas na utilização dessas referências visuais na televisão, provavelmente, deve-se ao fato de a propaganda eleitoral gratuita pertencer ao partido, seguir um formato mais uniforme e, por meio da presença de outra liderança política, realizar as campanhas “casadas” que potencializam os recursos partidários. Assim, enquanto atores políticos de ambos os sexos apresentavam imagens de candidatos aos outros cargos eletivos e os símbolos das agremiações partidárias, uma pequena parcela utilizava também imagens junto ao ex-presidente Lula. De qualquer forma, constatou-se uma maior

⁷ Ver Sacchet e Speck, nesse livro.

capacidade das candidaturas masculinas em arregimentar outros atores políticos para sua apresentação durante a propaganda eleitoral.

Seguindo o mesmo padrão identificado nas inserções do HGPE, as mídias digitais dos homens registravam maior número de fotos em contextos variados, revelando uma vez mais a mediação de gênero na capacidade de arregimentar apoios das lideranças sociais e políticas. Chama atenção, por exemplo, o fato de que a maioria das fotos de líderes religiosos identificados encontrava-se justamente na mídia digital das candidaturas masculinas. Enquanto oito atores políticos lançaram mão dessa estratégia de divulgação do apoio religioso, apenas uma mulher, Benedita da Silva (PT/RJ), postou fotografia de um dirigente espiritual. Sinteticamente, os homens, além de demonstrarem mais facilidade de tirar fotos com os/as candidatos/as ao cargo majoritário dos seus Estados, com os líderes de seus respectivos partidos, com o/a candidato/a à Presidência da República e com o então presidente Lula, parecem também receber mais apoio do corpo sacerdotal de suas comunidades confessionais para a disputa eleitoral.⁸

Nos *sites* e *blogs* das candidatas predominavam as fotos solitárias em estúdio, seguidas pelas fotos com eleitores no contexto da rua e, em menor quantidade, em reunião com outras lideranças políticas. As inserções das candidaturas femininas no HGPE, entretanto, demonstram que as referências visuais aos candidatos ao governo do Estado, à Presidência, ao Senado e às Assembleias Legislativas, bem como ao presidente em exercício, foram proporcionalmente maiores do que nos sítios digitais, ainda que em desvantagem em relação às inserções das candidaturas masculinas, como afirmado anteriormente. Constatou-se ainda que apenas as candidatas Ana Lúcia Alencar Arraes (PSB/PE) e Romanna Giulia Remor (DEM/SC) fizeram menção discursiva aos vínculos de parentesco com o político apresentado ao seu lado no HGPE.

Foram encontrados vídeos em pouco mais de um terço das mídias dos candidatos do sexo masculino e em cerca da metade daquelas referentes às mulheres. Com exceção de Sandro Vítor Gonçalves (PMN/RJ), que se candidatava pela primeira vez, os demais políticos que veiculavam vídeos em suas campanhas nas mídias digitais já haviam exercido mandatos em cargos eletivos. Desse subconjunto, 11 homens e sete mulheres concorriam à reeleição para a Câmara Federal. Em oito

⁸ No caso das mulheres, o sítio de Benedita da Silva (PT/RJ) destacava-se uma vez mais pela galeria de fotos mais variadas, com registros fotográficos de seus encontros com Lula, Dilma, Sérgio Cabral e as principais lideranças nacionais de seu partido.

mídias, os vídeos foram empregados para apresentação das biografias dos/as candidatos/as.

Os vídeos presentes nos sítios das candidaturas masculinas apresentavam o político na rua, em estúdio e em reunião partidária, bem como entrevistas com populares. Além disso, os candidatos se apresentavam acompanhados de diversos atores sociais e políticos, que, em ordem de recorrência, eram: liderança de associações; político em disputa para o governo e para a Presidência; líder religioso; candidatos/as em disputa para o Senado; vereador; ex-político, prefeito e/ou um parente com trajetória política.

Nas mídias das candidaturas femininas, os vídeos eram mais simples e as políticas eram apresentadas em estúdio, na rua e/ou concedendo entrevistas. Apenas quatro candidatas estavam acompanhadas nos vídeos: Benedita da Silva (PT/RJ), com candidatos ao Senado e ao governo estadual; Solange Amaral (DEM/RJ), com candidato ao Senado e ex-políticos; Iriny Lopes (PT/ES), candidata à reeleição, apareceu ao lado de Dilma Rousseff; e Ana Arraes Alencar (PSB/PE), juntamente com políticos parentes. As demais mulheres apresentavam-se desacompanhadas, mesmo porque seus vídeos concentravam-se em entrevistas com a candidata gravadas em estúdio. Diferentemente dos atores políticos do sexo masculino, as mulheres não produziram vídeos com entrevistas de populares, vereadores, prefeitos, líderes religiosos ou de associações civis. A diversidade de lideranças sociais e políticas apresentada junto com os candidatos do sexo masculino nos vídeos é retratada também nas fotos presentes em suas mídias, conforme anteriormente abordado.

Em seis sítios, foram identificados vídeos veiculados previamente no horário de propaganda eleitoral gratuita.⁹ Observou-se, ainda, que os/as candidatos/as concorrendo à reeleição e os que cumpriram outros mandatos eletivos divulgavam em vídeos seus pronunciamentos nas sessões dos referidos cargos, bem como suas realizações políticas. Também foram localizados vídeos sobre a celebração do dia do orgulho LGBT (*blog* de Érika Kokay, PT/DF), sobre as mulheres que atuam no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (*blog* de Liliam Sá, PR/RJ), a acessibilidade das pessoas com deficiência, a Semana da Consciência Negra, o Plano Nacional de Direitos Humanos e programas televisivos.

Os sítios dos candidatos do sexo masculino traziam vídeos de eventos políticos, programas sociais do governo federal e pronunciamentos

⁹ Cinco eram de candidatos do sexo masculino e apenas um pertencia a uma mulher.

tanto do ex-presidente Lula quanto dos candidatos ao governo estadual e à Presidência da República. Apenas três candidatos homens utilizaram vídeos com declarações de apoio a suas candidaturas: Carlos Sampaio (PSDB/SP) veiculou mensagens de apoio de Aécio Neves e Rita Camata; Sandro Gonçalves (PMN/RJ) postou depoimentos de pessoas assistidas pelo Movimento Católicos em Ação, fundado pelo candidato; e Marcel Alexandre da Silva (PMDB/AM) apresentou-se como “apóstolo” evangélico e trazia depoimentos de vários pastores e líderes religiosos.

As biografias políticas

Entre as diferentes “chamadas” dos sítios, destacam-se as notícias sobre as atividades da campanha e aquelas relativas à conjuntura política, sendo estas últimas, na maioria das vezes, reprodução de matérias veiculadas em outros meios midiáticos. Em seguida aparecem as biografias, que foram proporcionalmente mais utilizadas pelas mulheres (em 18, das 23 mídias de candidaturas femininas) do que pelos homens (em mais da metade das suas mídias digitais), que lançaram mão de outros recursos, como as fotos dos candidatos com outras lideranças e/ou autoridades.

A apresentação das biografias se deu, principalmente, por meio de textos, vindo, a seguir, os relatos feitos pelos/as próprios/as candidatos/as, as biografias em *off*, as fotos ao longo da vida e, finalmente, o vídeo. Observou-se que apenas seis, entre os 81 candidatos/as com campanhas em *sites* e/ou *blogs*, se autodeclaravam ou eram definidos como negros. Também nesse grupo étnico verificou-se a assimetria de gênero, com as candidaturas masculinas representando o dobro das femininas. Quatro candidatos negros disputavam a representação de Estados da Região Sudeste e os outros dois pelas unidades federativas do Norte e Nordeste. Além de numericamente pouco expressivos, só a metade desses/as políticos/as milita no movimento negro: Benedita da Silva, Janete Pietá e Carlos Santana, que são da Região Sudeste,¹⁰ pertenciam ao PT e já haviam exercido outros mandatos como deputados federais. Dois deles, Janete Pietá e Carlos Santana, informaram em suas mídias que nas legislaturas anteriores lutaram para atender às demandas do movimento negro.

A escolaridade dos atores políticos com sítios na Internet não foi muito diferente daquela referente aos/às candidatos/as em geral e expressa o

¹⁰ O quarto político negro do Sudeste era Sandro Silva Vitor Gonçalves (PMN/RJ) e os dois das regiões Norte e Nordeste eram Marcel Alexandre da Silva (PMDB/AM) e Jorge Luís Araújo Costa (PDT/BA).

gargalo existente no processo de eleição para a Câmara Federal: três quartos desses políticos concluíram a universidade. Observou-se, entretanto, que a proporção dos homens com curso superior e/ou pós-graduação é oito pontos percentuais superior à das mulheres.

Embora se verifique uma predominância das profissões liberais entre os/as políticos/as com presença na Internet, constataram-se diferenças nas áreas profissionais de acordo com o sexo.¹¹ As mulheres tendem a se concentrar em algumas atividades mais comumente associadas ao gênero feminino, predominando a de psicóloga, seguida, por ordem de importância, por advogada, deputada, veterinária, assistente social, agricultora, professora, dentista, publicitária e vereadora. Já os homens estão distribuídos em um leque mais amplo de carreiras profissionais, sendo que a mais citada foi a de advogado, seguida por professor, administrador de empresas, deputado, jornalista, engenheiro, contador, arquiteto, auxiliar administrativo, bancário, bombeiro, comerciante, corretor de imóveis, empresário, estudante, fotógrafo, médico, metalúrgico, petroleiro, publicitário, servidor público, vereador e veterinário.

Os dados do *survey* e dos sítios na web revelaram também que a metade dos candidatos do sexo masculino tinha familiares que exerceram ou exercem mandatos políticos ou dirigiram agremiações partidárias. Um dos casos mais emblemático é o de Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA), que é filho do ex-senador Antônio Carlos Magalhães Júnior (DEM) e neto do já falecido e importante político Antônio Carlos Magalhães (DEM). Já na configuração feminina foram encontradas alusões aos parentes com histórico de cargos públicos ou partidários em apenas três das 11 entrevistas, mas os levantamentos na web e no HGPE permitiram identificar outras candidatas com laços de parentesco com atores políticos. Esse é um dado importante, pois os estudos sobre a presença feminina nos Poderes Legislativo e Executivo sugerem que o casamento, a filiação e outros vínculos familiares podem servir de porta de entrada para algumas mulheres no mundo da política partidária e nas competições eleitorais brasileiras (GROSSI; MIGUEL, 2001; MACHADO, 2006). Na amostra da presente pesquisa, foram identificadas pelo menos três candidaturas femininas oriundas de famílias com grande capital político: a de Ana Arraes (PSB/PE), filha de Miguel Arraes e mãe do atual governador de Pernambuco, Eduardo Arraes; a de Rebecca Garcia (PP/AM), filha do ex-deputado federal

¹¹ A predominância de candidatos que exercem profissões liberais foi verificada também entre os 513 deputados eleitos e que assumiram o cargo em 2011 (DIAP, 2010).

Francisco Garcia (PP); e a de Maria Aparecida Borguetti (PP/PR), esposa do deputado federal e candidato derrotado ao senado Ricardo Barros (PP). Segundo os dados do HGPE, Ana Arraes teve inserções na televisão de 30 segundos e as de Maria Aparecida Borguetti duravam 26 segundos. O tempo de exposição dessas duas candidatas no HGPE revelou-se superior ao da maioria das candidaturas masculinas monitoradas em nosso estudo.

Deve-se mencionar ainda que o número de familiares com atuação nas estruturas partidárias é bem maior do que nos cargos públicos. Essa constatação é relevante, pois a presença de um membro do grupo familiar nas instituições partidárias pode ser muito útil não só no momento de recrutamento dos atores políticos para a disputa eleitoral, mas também na distribuição dos recursos de campanha, interferindo, portanto, nas chances de sucesso de candidaturas masculinas e femininas. Mais uma vez é preciso lembrar que a literatura especializada tem enfatizado a importância da instância partidária na construção das candidaturas e nas *performances* das mulheres políticas (ARAÚJO, 2011 e 2006; ARAÚJO; ALVES, 2007; AVELAR, 2001).

Com relação ao grau de parentesco dos que exerceram ou exercem esses cargos, foram encontrados, por ordem de frequência de citações nas entrevistas, os seguintes familiares: irmãos, pai/mãe, marido, primos, esposa, filhos, sobrinhos, avôs e tios.¹² Dois entrevistados registraram cargos familiares de diferentes graus de parentesco: Élcio José de Souza (PSB/AP) mencionou a atuação da mulher, irmãos, primos e sobrinhos em cargos públicos e de seu avô, tio e filhos na direção partidária; já Ivanildo Gomes Nogueira (PP/SP) relatou que seu pai e irmãos assumiram cargos nas instituições partidárias. Ainda que o resultado de um pleito eleitoral resulte de múltiplos fatores e que esses dois políticos não tenham conseguido se eleger, existe um consenso na ciência política local de que o parentesco com atores políticos constitui um capital importante em uma disputa eleitoral em nossa sociedade.

No que se refere à militância política, observou-se que quase a metade dos/as políticos/as com sítios na Internet não fez menção à participação em movimentos sociais, na luta armada dos anos 1960 e 1970, em associações profissionais, em entidades filantrópicas, ou mesmo nos partidos políticos antes da primeira disputa eleitoral. Isso não significa, contudo, que não tenham se inserido ou estejam ainda hoje engajados em ações

¹² Entre os eleitos em 2010, o Diap (2011) identificou 80 deputados com vínculos familiares entre si ou com outros nomes que atuaram ou já figuram na elite da política nacional.

movimentalistas. Ao cruzar as informações levantadas nas mídias com as que foram obtidas no *survey*, verificou-se que a militância é citada por mais da metade dos 34 entrevistados. Para esses/as candidatos/as, as experiências anteriores em organizações, movimentos ou partidos motivaram a entrada na competição eleitoral. Ademais, por terem ocupado ou ocuparem cargos de direção nesses coletivos, tais políticos/as consideravam a capacidade de liderança a característica pessoal principal para disputar o cargo de deputado federal.

De qualquer forma, entre os que divulgaram informações na web sobre a trajetória política anterior à primeira disputa eleitoral, verificou-se que as militâncias em movimento estudantil, sindical e partidária foram proporcionalmente bem maiores entre os homens do que entre as mulheres, e somente candidatos do sexo masculino destacaram os vínculos com movimentos revolucionários. Nos *blogs* e *sites* das mulheres, a militância social mais mencionada foi a dos movimentos de mulheres e/ou feminista, seguida, em ordem de importância, pelas atuações em associações sindicais, nos movimentos dos sem-terra, no movimento negro, nos movimentos religiosos e, só então, em agremiações partidárias e projetos sociais. Essa discrepância dos vínculos de homens e mulheres com os partidos sugere que as candidaturas femininas ressentem de uma militância mais orgânica que lhes dê uma base eleitoral. Ou seja, nas trajetórias políticas das mulheres, os vínculos com os movimentos da sociedade civil são proporcionalmente mais frequentes do que com as instituições partidárias.

Tabela 3
Candidatos à Câmara Federal selecionados que possuíam *sites/blogs*, por sexo, segundo militância divulgada na web – 2010

Militância	Mulheres	Homens	Total
Estudantil	1	10	11
Sindical	2	7	9
Feminista	4	0	4
Étnica	1	1	2
Social (MST)	2	0	2
Org. revolucionária	0	2	2
Partidária	1	6	7
Projetos sociais	1	2	3
Religiosa	2	2	4
Outros	0	3	3
Não informada	12	30	42
Total	26	63	89

Fonte: Pesquisa A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010.

Considerando-se as informações do *survey*, constatou-se também que mais da metade dos/as candidatos/as atuou como dirigente de organizações na sociedade civil: 12 homens e sete mulheres. Por ordem de registros, apareceram ONGs, centros acadêmicos, associação sindical, movimentos sociais e associações profissionais. Elcio José de Souza Ferreira (PSB/AP), Luciano Pizzatto (DEM/PR), Erika Kokay (PT/DF) e Marina Pignataro Santanna (PT/GO) declararam ter assumido cargos em mais de uma associação civil. A proporção dos que seguem atuando nessas organizações é maior entre as mulheres (sete, das 11 entrevistadas) do que para os homens (cinco, dos 23 candidatos ouvidos).

Embora nem todos entrevistados tenham relatado a participação em cursos de formação política antes da primeira competição eleitoral, Benedita da Silva (PT/RJ) associou sua formação com as atividades desenvolvidas pelo movimento feminista junto às mulheres populares; Miriam Stoler Simões (PSDB/RJ), com as atividades do movimento estudantil e a faculdade frequentada; e Marina Pignataro Santanna (PT/GO), com os cursos oferecidos pela Igreja Católica e pelo sindicato. Já Arthur de Oliveira Maia (PMDB/BA), Lazaro Adelmo Mendonça (PMDB/GO) e Dennys Haddad Serrano (PSB/SP) mencionaram os cursos oferecidos pelas empresas onde atuaram, enquanto Jorge Luis Araujo Costa (PDT/BA) e Andre Vargas (PT/PR) fizeram referências ao sindicato e à faculdade, respectivamente.

É interessante registrar ainda que, apesar de apenas um pequeno número de entrevistados ter citado a militância em movimentos religiosos, mais de um terço dos atores políticos com campanha na web fez referências religiosas em seus sítios na Internet. Quatro homens e uma mulher declararam ter atuado nas pastorais e movimentos sociais ligados à Igreja Católica. A participação religiosa desses candidatos realizou-se de distintos modos e em diferentes momentos de suas vidas. No campo mais tradicionalista, Marcus Vicente (PP/ES) integrou o Movimento de Cursilho da Cristandade e a Pastoral Familiar; e Sandro Gonçalves (PMN/RJ) participou da fundação do Movimento Católicos em Ação, que desenvolve ações assistenciais em comunidades carentes do Rio de Janeiro. Já Nilmário Miranda (PT/MG) foi vinculado aos movimentos da Igreja que lutaram na contestação à ditadura militar; Luiz Sérgio de Oliveira (PT/RJ) fez parte da Ação Católica Operária e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs; e finalmente Luci Choinacki (PT/SC), que também atuou nas CEBs, participou da criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, no seu Estado, do Movimento dos Sem Terra – MST e do Movimento das Mulheres Agricultoras, atualmente Movimento de Mulheres Camponesas.

De modo semelhante aos católicos, os candidatos evangélicos divulgaram na web a participação em eventos, encontros com lideranças e ações assistenciais realizadas pelas igrejas. Marcel Alexandre da Silva (PMDB/AM), que, além de pastor e do fato de ser casado com uma bispa da Igreja Ministério Internacional da Restauração, era vereador de Manaus, tinha como lema de campanha “Fé e trabalho: a força que vem do altar” e apresentava em seu *blog* citações bíblicas, entre as quais, “Deus constituiu política para a sua própria glória e o bem público”. Luiz Araújo Costa (PDT/BA) utilizou o *slogan* “Deus é fiel, valorize seu voto!” e dirigiu seu discurso aos “Cristãos, baianos e petroleiros”. Já a campanha virtual de Laércio José de Oliveira (PSDB/SE) lançou mão de fotos de sua participação em cultos na Igreja Presbiteriana.

O candidato da Igreja Evangélica Ministério da Fé, Virgílio Neto (PSDB/DF), relatou em sua biografia que distribuiu bíblias, colaborou na reconstrução de templos, fez doações para serviços assistenciais de outras igrejas e possui um centro social com o seu nome: o Instituto Virgílio Neto. Seguindo essa mesma linha de apresentação, André Vargas (PT/PR), candidato à reeleição, enfatizou o trabalho voluntário realizado por mais de 20 anos num albergue noturno, no qual passava doze horas por dia em função dos albergados, seja para levantar recursos para a manutenção, seja para “fazer leituras do Evangelho antes que o acolhido se alimentasse”. As candidatas pentecostais Lilian Sá e Benedita da Silva, assim como a mórmon Romanna Remor, mencionaram participação em atividades de organizações religiosas que agregam as mulheres, a partir de estruturas como a Organização das Moças, na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a Sociedade Auxiliadora Feminina, na Igreja Presbiteriana, e o Chá de Mulheres, na Sociedade Bíblica do Brasil. Além disso, participavam de atividades de cunho assistencial, como campanhas para doações e mutirões que ultrapassam o espaço eclesial. Assim, a candidata Romanna Remor (DEM/SC) integra o grupo de voluntários “Mãos que ajudam”, que desenvolve campanhas de doações, e o “Eu faço a minha parte”, que reforma templos, sendo ambos ligados à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, da qual a candidata faz parte.

A biografia do candomblecista Emiliano José (PT/BA) apresentava textos e fotos sobre seu apoio e presença em terreiros existentes na Bahia, enfatizando que tem “representado sempre o candomblé nos meus mandatos parlamentares e quero prosseguir com isso. Muitos políticos têm medo de defender o candomblé. Nunca foi o meu caso. Sei que essa é uma religião de paz e acolhimento, que não pergunta

de onde você vem, e que ainda sofre muito preconceito. Por isso quero apoiar o povo de santo”.

Três candidatas/as não informaram sua religião, mas utilizavam símbolos, citações bíblicas, orações e/ou faziam críticas aos religiosos mais liberais em seus sítios na Internet. Pablo Rebessi (PMDB/SP) ilustrou todas as páginas do seu *blog* com uma vela acesa com a inscrição “Deus acima de tudo”. Rogério Farah (PT/MG) apresentava-se como: “sou filho da Luz, herdeiro da graça e fruto do amor, sou, por tudo isso, um apaixonado pela vida!” Ele veiculava orações agradecendo a Deus pela recuperação de sua saúde, pelo desempenho na campanha e pelas orações dos internautas: “recebam meus sinceros agradecimentos, além dos meus votos para que DEUS também os abençoe com saúde, paz e prosperidade!”. Já o *blog* da candidata Rosângela Lima Rocha (PMDB/ BA) trazia orações para os eleitores e críticas à CNBB, à Teologia da Libertação, aos pastores evangélicos, bem como ao apoio de líderes religiosos a candidatas.

É importante registrar ainda que, embora as candidaturas masculinas tenham enfatizado mais a dimensão religião na web do que as femininas, os dados do *survey* revelaram que a metade das mulheres recebeu apoio de igrejas na competição legislativa. As católicas praticantes Rebecca Martins Garcia (PP/AM) e América Tereza Nascimento da Silva (PMDB/RJ), bem como a mórmon Romanna Giulia Remor (DEM/SC) e a “sem religião” Iriny Nicolau Lopes (PT/ES) declararam contar com apoio de membros de igrejas no comitê eleitoral e no trabalho de corpo a corpo junto aos eleitores. Além desse tipo de contribuição, pelo menos uma candidata, Marina Pignatario Santana (PT/GO), admitiu ter feito curso de formação política na Igreja Católica.

Embora a biografia de pouco mais da metade dos/as candidato/as com *blogs* e/ou *sites* só mencionasse o vínculo com um único partido político, constatou-se que a mobilidade partidária foi proporcionalmente maior no material da campanha digital dos candidatos do sexo masculino. Os que mais transitaram entre os partidos foram os candidatos Simão Sessim (PP/RJ), Marcus Vicente (PP/ES) e Elcio José de Souza Ferreira (PSB/AP), que passaram por oito, seis e quatro partidos, respectivamente. Entre as mulheres, foram identificados apenas três registros de mudança partidária: a candidata Zulaiê Cobra Ribeiro, 67 anos, de São Paulo, mencionou em sua biografia a passagem por dois partidos, PMDB e PSDB, antes da sua filiação ao DEM; a candidata Maria Aparecida Borghetti, 46 anos, do Paraná, informou que passou do PFL para o PP; e Liliam Sá, 50 anos, do Rio de Janeiro, explicou aos eleitores que, quando o PL deixou de existir,

ela foi com seus companheiros para o PR. As entrevistas revelaram, entretanto, que, além dessas três candidatas, Elenira Tatiana Chadub (GO) migrou do PCdoB para o PDT, América Tereza Nascimento da Silva (RJ) trocou o PT pelo PMDB e Andrea de Jesus Lambert (RJ) saiu do PDT e se filiou ao PMDB.

Percebe-se que, proporcionalmente, o número de mulheres filiadas há mais de dez anos no partido atual (seis, entre as 11 candidaturas femininas) é maior do que o de homens (11, entre os 23 candidatos). Além disso, apenas uma mulher, Andrea de Jesus Lambert (PMDB/RJ), candidatou-se com tempo de filiação inferior a dois anos, ao passo que cinco homens com menos tempo de filiação lançaram suas candidaturas, o que sugere que as mulheres necessitam de mais tempo de filiação e atuação nas agremiações partidária para então lançarem suas candidaturas.

A experiência na gestão pública foi destaque em mais de um quarto dos sítios monitorados na web, com os/as candidatos/as mencionando as passagens pelos cargos nas Secretarias municipais e estaduais, assim como nos Ministérios. A participação feminina nos cargos não eletivos revelou-se proporcionalmente superior à masculina, sugerindo que a ocupação de tais cargos pode ser uma via importante para a entrada das mulheres na competição eleitoral.

De qualquer forma, mais da metade dos/as candidato/as com sítios na Internet já havia exercido algum cargo eletivo nos níveis municipal, estadual e/ou federal: 33 tinham ocupado cadeiras na Câmara Federal, 23 foram vereadores/as e 21 exerceram o cargo de deputado/a estadual. Cinco homens atuaram como prefeitos de seus municípios e um foi vice-prefeito. Entre as mulheres, Benedita da Silva (PT/RJ), além de ter exercido o cargo de senadora, foi vice-governadora e governadora do Rio de Janeiro e Maria Dalva Souza Figueiredo, do PT, foi vice-governadora e governadora do Estado do Amapá, por um ano.¹³

O fato de parte significativa dos candidatos ter disputado a reeleição remete a aspectos da lógica do próprio sistema político-eleitoral brasileiro e, mais especificamente, da política partidária de recrutamento das candidaturas. Como indica a bibliografia, ser um/a parlamentar “se constitui em capital determinante” no processo de indicação dos nomes que integram a lista partidária, o que revela, também, certa inércia na lógica dessas instituições em nossa sociedade. Ou seja, procurando garantir seu

¹³ Segundo o Diap (2011), no universo dos 513 deputados federais eleitos em 2010, 56% foram reeleitos e apenas 12% não exerceram cargo político eletivo anteriormente.

poder de influência nas casas legislativas, os partidos priorizam os que já têm capital político e impõem “requisitos difíceis de serem conquistados pelos *outsiders*. Ainda assim, os homens permanecem tendo bem mais chances do que as mulheres” (ARAÚJO; ALVES, 2007, p. 568).

No *survey* foi possível identificar também as justificativas desses atores e atrizes sociais para a entrada na política institucional. Os argumentos de caráter ideológico foram os mais mencionados, independentemente do sexo dos candidatos. Em seguida aparecem, por ordem de citações, entre as mulheres: experiência e militância social; participação em centros acadêmicos e movimentos de associação de moradores; militância no sindicalismo; envolvimento em uma causa específica; popularidade; e estímulo de familiares. Já entre os homens: participação como estudante em centros acadêmicos; no sindicalismo; experiência de participação/militância anterior; envolvimento numa causa específica; estímulo de familiares políticos;¹⁴ e participação em grupos religiosos. Nesse sentido, chama atenção o fato de Marcelo Verly de Lemos (PSDB/RJ), que é evangélico pentecostal, ter mencionado sua inserção em grupos religiosos como um dos motivos de entrada na política, juntamente com a participação em movimento estudantil e as questões de ordem ideológica.

Os atributos de caráter político e pessoal foram os mais destacados pelos/as candidatos/as durante o período eleitoral, ainda que tenha sido verificado uso diferenciado no HGPE e nas mídias na Internet, por parte de homens e mulheres. Na propaganda eleitoral gratuita, observou-se ênfase no atributo pessoal e, em seguida, no político por parte dos candidatos de ambos os sexos, mas na web constata-se uma preocupação maior das mulheres em destacar suas experiências na esfera pública e, em particular, na política institucional. Nesse sentido, os papéis mais explorados pelas candidaturas femininas nos sítios da Internet foram: militante de movimentos sociais, em geral, e do movimento feminista,¹⁵ em específico; mãe; profissional e esposa; dona de casa; representante da família; política; e integrante de uma comunidade religiosa. Ou seja, as mídias digitais, embora salientassem a atuação política e pública das

¹⁴ Elenira Tatiana Lemos Chadub (PDT/GO), além de citar o estímulo de seus parentes, mencionou as razões ideológicas para entrar nas competições legislativas. Já os dois candidatos que registraram a influência de familiares políticos – Simão Sessim (PP/RJ) e Dennys Haddad Serrano (PSB/SP) – não apresentaram outros motivos para o engajamento nos partidos políticos e a participação nas disputas eleitorais.

¹⁵ Embora nos *blogs* e *sites* se constate a vinculação dessas mulheres com movimentos sociais variados, observa-se que apenas um terço das mulheres apresentou laços com o movimento feminista.

candidatas, não deixavam de mencionar os papéis femininos tradicionais. Romanna Giulia Remor (DEM/SC) e Jane Pinto Oliboni (PP/RS) centraram-se nas suas experiências como mãe e esposa. Iriny Nicolau Lopes articulou diferentes experiências com a militância feminista, defesa das minorias étnicas e sexuais, deficientes físicos e jovens. Já os compromissos com os grupos evangélicos e a defesa da moral familiar foram encontrados no *blog* de Liliam Sá (PR/RJ).

No HGPE, enquanto as candidatas Maria Dalva de Souza Figueiredo (PT/AP), Erika Juca Kokay (PT/DF) e Marta Eliene Bezerra (PMDB/DF) referiam-se ao papel de dona de casa, Rosangela Lima Rocha (PMDB/BA), Marina Pignatario Santana (PT/GO) e Ana Lúcia Arraes Alencar (PSB/PE) exploravam o papel de mãe. Já Maria Aparecida Borghetti (PP/PR) procurou associar os papéis de esposa e defensora da família com o de mulher política.

Nos *sites* e *blogs* dos candidatos do sexo masculino foram identificados, por ordem de recorrência, os seguintes papéis: militante de movimentos sociais; defensor da moral; profissional, político, pai e representante da família. Já no HGPE, embora poucos tenham mencionado um papel específico, observou-se predominância do político com cargo eletivo e, em seguida, defensor da moral. Esse último foi explorado pelos candidatos Luciano Pizzatto (DEM/PR), Antônio Biscaia (PT/RJ) e Abdala Abi Faraj (PP/SC).

Parte significativa dos sítios dos candidatos do sexo masculino destacava a experiência de vida ou uma característica pessoal, com alguns se colocando como defensores da ética. No primeiro caso, verificou-se que são os candidatos em início de carreira política os que mais lançam mão das histórias pessoais, enfatizando ora “a infância sofrida e pobre”, como Jorge Rodrigo Santana (PDT/SP), ora as passagens pelas profissões pouco valorizadas na sociedade, como a de engraxate mencionada por Pablo José Rebessi (PMDB/SP). No que se refere à defesa da ética, observou-se o enaltecimento de suas próprias condutas e práticas políticas, com os candidatos colocando-se contrários à corrupção eleitoral e política. Foram constatadas também referências de caráter religioso, embora essas últimas fossem menos frequentes do que as anteriores. De qualquer maneira, observou-se a tendência de os candidatos explorarem a religião de forma mais abstrata, quase sempre associada com discursos da busca do “bem comum”, “defesa dos princípios cristãos” e dos “valores basilares de qualquer civilização”, sem evocar diretamente temas polêmicos.

Agenda política e representação de interesses

A plataforma política apresentada nos sítios dos/das candidatos/as também foi mediada pelo gênero. No *ranking* dos temas mais citados nos *blogs* e/ou *sites* das mulheres apareceram, em ordem decrescente: direito da mulher; criança; saúde; transporte; e violência contra a mulher. Já entre os homens, as questões mais exploradas foram: educação; saúde; esporte; emprego; e transporte. Temáticas econômicas ou relacionadas à legislação eleitoral, à qualificação profissional e à corrupção só apareceram nos sítios da Internet dos candidatos do sexo masculino, enquanto a desigualdade de gênero, a participação feminina no mercado de trabalho e na política, assim como a Lei Maria da Penha, a licença maternidade e a proposta de criminalização da homofobia foram tópicos tratados apenas pelas mulheres, conforme o Quadro 1.

Quadro 1

***Ranking* dos temas mais citados nos textos dos *blogs* e/ou *sites*, segundo candidaturas femininas e masculinas**

	Candidaturas femininas	Candidaturas masculinas
1	Direito da mulher	Educação
2	Criança	Saúde
3	Saúde	Esporte/cultura/lazer
4	Transporte	Emprego
5	Violência contra a mulher	Realizações; transporte
6	Educação	Outros direitos
7	Segurança pública; realizações; desigualdade de gênero; outros direitos	Criança; Lei eleitoral "Ficha Limpa"; economia
8	Esporte/cultura/lazer; religião; Lei Maria da Penha; participação feminina na economia/política	Habitação; religião
9	Creche; família; infraestrutura; violência; política de cotas; Decreto ou Lei referente à licença maternidade	Combate à corrupção; legislação em geral
10	Habitação; lei eleitoral; Projeto de Lei contra a homofobia	Qualificação pessoal

Fonte: Pesquisa A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010.

No HPGE, um quarto dos/as candidatos/as não fez sequer alusão aos temas que compõem suas agendas políticas e metade dos/as políticos/as que exploraram suas plataformas não trabalhou as questões de ordem econômica, social ou política. Assim, o leque de temas revelou-se mais estreito no horário de propaganda eleitoral gratuito do que na web. De qualquer maneira, a agenda dos candidatos do sexo masculino apresentava maior variedade de temas (19) do que a das mulheres (13). As

questões de infraestrutura, emprego, temas morais, centro social, esporte/cultura/lazer foram exploradas apenas por candidaturas masculinas. Já as questões relativas à desigualdade de gênero, participação feminina no mercado de trabalho e na política, assim como a Lei Maria da Penha, a licença maternidade e a proposta de criminalização da homofobia foram tratadas somente pelas mulheres, no HPGE.

Deve-se mencionar ainda que, embora a temática do aborto tenha sido amplamente explorada pelos grupos religiosos na campanha para a Presidência da República, poucos foram os candidatos à Câmara Federal que se engajaram no debate em questão por meio das mídias digitais. André Vargas foi o quadro político mais importante do PT a assumir sua participação ativa na Frente Parlamentar em Defesa da Vida e sua posição de divergência em relação à proposta de revisão da legislação contida no Plano Nacional de Direitos Humanos 3, apresentado por Lula no final de 2010. Esse candidato católico divulgou também notícias de seus encontros com as lideranças religiosas do Paraná para tratar do tema e, poucos dias antes da primeira rodada eleitoral, postou em seu *blog* declarações de que o seu partido não punia os filiados contrários à legalização do aborto.

O candidato Lázaro Adelmo Mendonça, do PMDB de Goiás, se apresentava aos eleitores da seguinte forma na página inicial do seu *blog*: “(A)dvogado – Ética na política; (B)ancário – pela aprovação do PL 512; (C)atólico – contra o aborto”. O site do candidato Thiago Matias, do DEM de Goiás, divulgou a seguinte declaração: “assumi desde o primeiro dia de campanha o compromisso na defesa da vida. E isso não tem nada a ver com política. Essa é a posição que sempre defendi e quem me conhece sabe”. No final da declaração, este candidato, fornecia o *link* para o site *Brasil sem aborto*, que divulgava a lista dos “candidatos que se comprometeram com a defesa da vida”. Já o *blog* da candidata Rosângela Lima Rocha, do PMDB da Bahia, trazia o seguinte texto:

[...] Jesus é meu Deus e só votarei num político que respeite as atribuições que Deus deu ao Estado. [...] Enquanto Deus criou a vida e o casamento natural, o Estado baalista criou o aborto legal e o anti-natural “casamento” homossexual. [...] O Estado laico, em toda a sua arrogância laica, estabelece que toda atividade e expressão de Deus seja confinada às quatro paredes dos templos religiosos e às quatro paredes dos lares dos religiosos. Entretanto, o Estado laico estabelece somente para si direitos e liberdade de atividade e expressão na esfera política e social – inclusive para grupos religiosamente humanistas, abortistas, homossexualistas, ocultistas, socialistas, etc.

A maioria dos/as políticos/as não divulgou o programa de seus partidos em seus sítios na Internet. Apenas quatro mulheres e três homens tiveram esse cuidado de apresentar o conteúdo programático de suas agremiações. Assim, se em comparação com os homens as candidatas utilizaram menos os símbolos partidários e pouco se apresentam em reuniões políticas ou acompanhadas de líderes dos partidos, a divulgação dos programas partidários nos *sites* ou *blogs* foi proporcionalmente maior entre candidaturas femininas, com destaque para as do PMDB do Rio de Janeiro: América Tereza Nascimento da Silva, Andréa de Jesus Lambert e Solange Almeida. Além dessas candidatas, só Luci Teresinha Choinacki (SC) demonstrou preocupação de postar o programa do PT na sua mídia. Deve-se indagar, entretanto, até que ponto a divulgação desse material resulta da orientação das lideranças do PMDB do Rio de Janeiro e do fato de o sítio da candidata Luci Teresinha encontrar-se no *site* do seu partido político (PT), ou do comprometimento individual dessas candidatas com o programa partidário? Nos sítios das candidaturas masculinas, foram identificados os programas partidários do PSOL, DEM e do PV, que foram veiculados, respectivamente, por Mauricio Costa de Carvalho (SP), Antonio Carlos Magalhães Neto (BA) e Antonio Roberto Soares (MG).

Metade dos/as candidatos/as destacou sua atuação na representação de um grupo específico da sociedade civil brasileira. Nos sítios das candidaturas masculinas, os candidatos apareciam como representantes de uma categoria profissional, dos aposentados e de região geográfica, vindo a seguir uma pulverização nas representações de outros grupos e/ou movimentos, tais como étnico, sindicato, jovens, feminismo, igreja, empresariado, movimento LGBT. Nas mídias das candidaturas femininas, observou-se maior concentração em torno da representação dos movimentos de mulheres e feminismo, seguida por grupo ou movimento étnico, jovens, deficientes físicos e movimento LGBT. Apenas Erika Kokay (PT/DF) se apresentou como representante de sindicato e informou em sua biografia que foi secretária geral da Confederação dos Bancários.

A maior associação das candidaturas masculinas com os grupos de interesse ligados ao mundo do trabalho e às regiões geográficas converge com o atributo político explorado por esses candidatos, que parecem estar apresentando uma resposta às suas bases de apoio, sejam as profissionais ou as de caráter geográfico. Enquanto representantes de regiões podem ainda, por um lado, defender necessidades específicas de algumas áreas e, por outro, guardar relação com práticas políticas ligadas às promessas locais e aos redutos eleitorais, que marcam a história da política brasileira.

Já no HGPE, apenas um quarto dos candidatos do sexo masculino deixou claro os interesses que pretendiam defender no Congresso Nacional, colocando-se como porta-voz de uma categoria profissional e/ou sindicato (Lazaro Mendonça, PMDB/GO, Eliseu Lemos Padilha, PMDB/RS, Jerônimo Pizzolotto Gorgen, PP/RS, e Airtton Sudbrak, PT/SC), dos jovens (Antônio Carlos Magalhães, DEM/BA, e Airtton Sudbrak, PT/SC), de uma região geográfica (Cláudio Castanheira Diaz, PSDB/RS, e Jerônimo Pizzolotto Gorgen, PP/RS) e dos aposentados (Airtton Sudbrak, PT/SC).

Nesse mesmo espaço das propagandas eleitorais, apenas um terço das mulheres aqui investigadas fez referências aos segmentos sociais que pretendiam representar, sendo que o leque desses segmentos é mais reduzido do que o dos homens. Em primeiro lugar aparece o grupo dos deficientes físicos (Jane Andreola Olibani, PP/RS, Luci Choinacki, PT/SC, e Mara Gabrielli, PSDB/SP), seguido pelo movimento de mulheres (Rebeca Garcia, PP/AM, e Luci Choinacki, PT/SC) e o de trabalhadores de determinado ramo profissional (Solange Amaral, DEM/RJ).

Sinteticamente, candidatos de ambos os sexos deram atenção, em suas apresentações, à atuação na esfera pública e em especial no campo profissional, embora a ênfase nas atividades públicas seja proporcionalmente maior entre os homens. Nessa configuração, além da experiência profissional, constatou-se que os candidatos recorrem aos papéis do legislador e da liderança social em suas apresentações. Poucos foram os que exploraram as funções desempenhadas no mundo privado: cinco candidatos fizeram menção ao papel de pai e três se colocaram como defensores e/ou representantes da família – Thiago Machado Matias (PMDB/GO), Marcel Alexandre da Silva (PMDB/AM) e Jorge de Oliveira (PR/RJ). A ideologia familista marca fundamentalmente a agenda política desse último político, que é católico e propôs, durante o período eleitoral, a criação da *“Escola de Pais”* ou de *“uma instituição a serviço da família, resgatando o convívio saudável, promovendo suporte emocional e estrutural nos bairros de periferia e/ou de risco”*. Quatro candidatos – Marcel Alexandre da Silva, (PMDB/AM), Rogério Farah (PT/MG), Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ) e Severino de Souza Filho (PSB/PR) – assumiram o papel de defensores da moral e um deles relacionou isso com o fato de ser pastor evangélico.¹⁶

Entre as mulheres, verificou-se que a proporção daquelas que destacaram a atuação pública foi similar à das candidatas que enfatizaram a condição feminina: dois terços da amostra. Este dado expressa novamente

¹⁶ Marcel Alexandre da Silva (PMDB/AM).

a mediação de gênero, visto que o questionamento das representações hegemônicas e do lugar social de homens e mulheres nas diferentes esferas da sociedade brasileira foi basicamente realizado pelas lideranças políticas do sexo feminino, historicamente alijadas das competições eleitorais. Depois da experiência profissional, o papel mais destacado pelas mulheres foi o de liderança social, corroborando o argumento da grande importância dos movimentos sociais na formação de lideranças femininas para o campo político. De qualquer maneira, cinco candidatas utilizaram o papel de mãe de família, cinco se apresentaram como esposas e três como defensoras da família – Erika Juca Kokay (PT, DF), Liliam Sá (PR/RJ) e Miriam Stolear Simões (PSDB/ RJ).¹⁷ Deve se registrar, entretanto, que as mulheres que recorreram aos papéis femininos tradicionais na apresentação de suas biografias procuraram articulá-los com as atuações no âmbito profissional e com a militância social, por meio de construções discursivas do tipo “além de mãe, esposa... é profissional...”. Essas formulações expressam de maneira clara os desafios enfrentados por aquelas que se enveredam pelas vias da política institucional e se veem obrigadas a conciliar sua atuação na esfera pública com as tarefas socialmente atribuídas às mulheres, ou seja, o cuidado familiar e as atividades domésticas.

Considerações finais

À guisa de conclusão, é interessante traçar um paralelo entre a distribuição de votos no conjunto mais amplo das 260 candidaturas sorteadas para compor a amostra do Consórcio Bertha Lutz e aquela identificada na configuração dos que fizeram campanha em sítios da Internet. Afinal, ter *site* ou *blog* influencia no resultado eleitoral, ampliando as chances de sucesso dos atores políticos? De início, deve-se registrar que, do total de votos recebidos pelos candidatos que compunham a amostra sorteadas, 71% direcionaram-se às candidaturas masculinas e 29% às femininas. No entanto, as mulheres, para serem eleitas, necessitaram concentrar mais votos do que os homens, conforme mostra a Tabela 4. Dito de outro modo, as 14 políticas eleitas obtiveram 75% do total de votos dados às mulheres, ao passo que 68% do total de votos direcionados aos homens foram distribuídos entre 31 candidatos do sexo masculino eleitos. Com isso, pode-se afirmar que a competição foi maior entre as mulheres, verificando-se, ainda, uma concentração de votos em torno de algumas candidaturas, elemento que será retomado à frente.

¹⁷ A ênfase nos papéis relacionados à instituição familiar parece ter relação com a religião desses/as candidatos/as e foi explicitada nas mídias de Jorge de Oliveira, Marcel Alexandre da Silva e Liliam Sá.

Tabela 4
Distribuição de votos recebidos pelos candidatos selecionados, por sexo, segundo presença de sítio na Internet e situação de eleição – 2010

Presença de sítios e situação de eleição	Mulheres		Homens		Total
	Votos	%	Votos	%	
Votos dos 260 candidatos	2.057.851	29,0	4.993.141	71	7.050.992
Votos dos 81 candidatos com sítios	1.634.506	79,4	3.681.324	74	5.315.830
Votos dos 179 candidatos sem sítios	423.345	20,6	1.311.817	26	1.735.162
Votos dos eleitos	1.539.228	75,0	3.406.365	68	4.945.593
Votos dos não eleitos	518.623	25,0	1.586.776	32	2.105.399

Fonte: Pesquisa A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010.

Da configuração composta pelos 58 homens que tinham *site* e/ou *blog*, 21 foram eleitos, ao passo que, entre os 80 candidatos que não usaram essas mídias digitais, apenas dez se elegeram. No que se refere às mulheres, das 23 que fizeram campanhas na Internet, praticamente a metade (11) foi eleita e, entre as 97 que não dispunham dessas mídias, apenas três conseguiram ingressar na Câmara Federal. Esses números sugerem que a chance de eleição dos homens que fazem uso dessas mídias digitais é duas vezes maior do que a daqueles que não utilizam tal recurso na campanha eleitoral. Já no que tange às mulheres, essa chance de sucesso é três vezes superior em relação àquelas que não dispõem desse tipo de mídia. Entretanto, deve-se ponderar que, como o nível de engajamento dos partidos e grupos de pressão no ciberespaço é ainda relativamente baixo no Brasil, o número de acessos de eleitores é muito pequeno nas mídias digitais dos políticos para influenciar as chances de sucesso eleitoral (COUTINHO; SAFATLE, 2009). Ou seja, ainda que se trate de recursos novos dos que se aventuram na política eleitoral, os *sites* e *blogs* são também, na maioria das vezes, desdobramentos de um capital político construído no exercício de um mandato eletivo anterior. Basta lembrar que todos os que tinham *sites* e, ou *blogs* e foram eleitos, independentemente do sexo, já eram políticos com passagens em casas legislativas municipais, estaduais e/ou federal.

Outras condições contribuem para os resultados eleitorais. No caso das mulheres que tinham sítio na web, o resultado positivo da eleição aparece associado ao pertencimento a grandes partidos. Afinal, a metade das candidatas eleitas pertence ao PT, duas ao PMDB, duas ao PP e as outras três ao PSDB, PSB e PR. Pertencer a determinado partido pode ser elemento que favorece o sucesso eleitoral, e nem sempre os partidos que congregam maior número de mulheres e/ou lançam mais candidatas são os

que mais elegem mulheres. De acordo com relatório sobre as candidaturas à Câmara Federal, elaborado pelo Cfemea (2010), existe uma tendência de os partidos considerados de esquerda recrutarem mais mulheres do que os de centro e de direita, o que se confirma tanto para os cargos majoritários quanto para os proporcionais, uma vez que PCO (33,3%), PCdoB (26,2%), PMN (25%), PSTU (23,5%) e PTB (23,4%) foram os partidos que, proporcionalmente, apresentaram mais candidaturas femininas. No entanto, segundo estatística referente a homens e mulheres eleitos por partidos para o Executivo e o Legislativo, entre as referidas agremiações que lançaram mais candidaturas femininas, apenas o PCdoB (32,35%) e o PTB (7,27%) elegeram mulheres.¹⁸

Tratando a questão de modo geral, os piores resultados eleitorais para as mulheres foram registrados nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Sergipe, que, de acordo com dados do TSE,¹⁹ não elegeram nenhuma mulher para a Câmara Federal. Segundo a mesma fonte de pesquisa, no *ranking* de eleitas por Estado, em termos absolutos, São Paulo aparece em primeiro lugar, com seis deputadas, seguido por Rio de Janeiro e Espírito Santo, com quatro deputadas em cada um, Amapá, com três, outros sete Estados, com duas eleitas em cada um, e as demais unidades federativas com apenas uma mulher deputada. Assim, verifica-se que a Região Sudeste concentra o maior número de mulheres eleitas, sendo que, proporcionalmente, o Estado que elegeu a maior bancada feminina foi o Espírito Santo, pois, dos seus dez representantes atuais na Câmara Federal, quatro são mulheres (três reeleitas e uma em primeiro mandato).

Na amostra sorteada, ou seja, relativa a 260 candidatos e não apenas aos que possuem *site* e/ou *blog*, constata-se que os melhores resultados para as mulheres ocorreram nos Estados do Amapá, com três eleitas, e em São Paulo e Rio de Janeiro, com duas deputadas em cada um.²⁰ Em distritos eleitorais menores, como o Amapá, pode haver maiores chances para as mulheres, pois são necessários menos votos. Entre as eleitas deste Estado, a mais votada obteve pouco mais de 20 mil votos e a menos votada pouco mais de 14 mil votos, ao passo que as eleitas mais e menos votadas, no Rio de Janeiro, tiveram, respectivamente, cerca de 70 mil e 30 mil votos e, em São Paulo, em torno de

¹⁸ Estatística apresentada pelo *site* <<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/>>.

¹⁹ Obtidos em 01 de dezembro de 2010.

²⁰ Foram eleitas pelo Amapá: Maria Dalva de Souza Figueiredo, PT; Marcivanía do Socorro da Rocha Flexa, PT; e Fátima Lucia Pelaez, PMDB. Por São Paulo, Janete Rocha Pietá, PT e Mara Cristina Gabrilli, PSDB. E pelo Rio de Janeiro, Benedita da Silva, PT e Liliam Sá de Paula, PR.

160 mil e 144 mil votos. Além disso, no Amapá, uma das candidatas assumiu uma das vagas deixadas por candidatos considerados ilegíveis pela Lei da Ficha Limpa – LC nº 135, de 4 de junho de 2010.

Nesse sentido, vale lembrar a tese levantada por Araújo e Alves (2007) de que os distritos eleitorais de alta magnitude tendem a pesar trajetórias políticas mais sólidas, existindo, em consequência, maior cobrança ou expectativa do eleitorado em relação a certos tipos de competências. Além disso, pela diversificação da oferta, se fazem necessários investimentos maiores dos candidatos e partidos, tanto na forma de capital financeiro, como em termos de outros recursos, tais como redes de apoio e estrutura partidária. Desse modo, nos distritos menores, com menor número de vagas em disputa, as mulheres tendem a se candidatar mais e a ter maior possibilidade de resultados positivos.

Ademais, se articulam e contribuem para o sucesso nas urnas aspectos biográficos das eleitas, como o fato de ser anteriormente deputada e o parentesco com políticos. Isto chama atenção ao se considerar que, das 14 candidatas eleitas da amostra sorteada, as que obtiveram maior votação foram Ana Lúcia Arraes de Alencar (PSB/PE), que tinha *blog* e *site* e obteve mais de 380 mil votos, e Íris de Araújo Rezende Machado (PMDB/GO), que não lançou mão nem do *site* nem do *blog* como ferramentas de campanha, mas recebeu mais de 180 mil votos. A primeira, além de candidata à reeleição, vem de uma família com grande capital político e fez sua campanha associada à do seu filho Eduardo Campos, que disputava a reeleição para governador de Pernambuco. Já Íris de Araújo Rezende Machado, esposa do político Íris Rezende, que, desde a década de 1960 venceu várias eleições, foi senadora por duas vezes, deputada federal e, em 2004, disputou as eleições como vice-presidente. Ou seja, a explicação das performances eleitorais deve contemplar dimensões que vão das biografias e trajetórias até a utilização de novas formas de comunicação com o eleitor na Internet, passando, é óbvio, pela proporcionalidade e a magnitude do distrito eleitoral e do partido pelos quais se candidatam mulheres e homens.

Referências

ALDÉ, A.; ESCOBAR, J.; CHAGAS, V. A febre dos blogs na política. **Revista Flamecos**, Porto Alegre, n. 33, ago. 2007.

ALDÉ, A.; CHAGAS, V. Blog de política e identidade jornalística. **Pauta Geral**, Salvador, Ano 12, n. 7, 2005.

ALVARES, L. **Mulheres na competição eleitoral, seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, IUPERJ, 2004.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora da Unesp, 2001.

ALVES, J. E. D. et al. A mulher nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. In: XXV CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. Porto Alegre, 22 a 26 de agosto de 2005.

ARAÚJO, C. Mídia, legitimidade eleitoral e mulheres na política. **Interseções** – Revista de Estudos Interdisciplinares, Ano 9, n. 2, p. 365-395, 2007.

_____. Quotas for women in the brazilian legislative system. **The implementation of quotas: Latin American experiences**. Stockholm: International Institute for Democracy in Electoral Assistance, 2003, p. 72-86,.

_____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Ano 9, p. 231-252, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8613.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

_____. **Cidadania incompleta**: o impacto da Lei de Cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1999.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, v. 50, n. 3, 2007.

CFEMEA. **Relatório técnico de atividades Consórcio Bertha Lutz**, nov. 2010. Mimeografado.

CONSÓRCIO BERTHA LUTZ. **Proposta para a implementação de estudo sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010**. Rio de Janeiro, 2010 .

COUTINHO, M.; SAFATLE, V. A internet e as eleições municipais em 2008: o uso dos sítios eletrônicos das comunidades na eleição paulistana. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, Curitiba, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a09v17n34.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

DIAP. Deputados novos e reeleitos. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/images/stories/novos-reeleitos-final.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

_____. DIAP identifica parentesco político dos eleitos em 2010 ao Congresso. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/14640-diap-identifica-parentesco-politicos>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

_____. Eleições 2010: bancada feminina aumenta de 55 para 57 no Congresso. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/14616-eleicoes-2010-bancada-feminina>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

_____. Só 12% dos deputados que tomam posse são estreantes na política. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/15591-apenas-12-dos-deputados>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

MACHADO, M. das D. C. **Política e religião**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RODRIGUES, A. **Mulheres: movimentos sociais e partidos políticos**. Brasília: Cfemea, 2001. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conheça os deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: fev. 2011.

PORTAL MAIS MULHERES NO PODER. Estatística das eleitas e eleitos por partidos para o Executivo e o Legislativo – Eleições 2010. Disponível em: <http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/dados/tabela_de_eleitas_e_eleitos_Eleicoes_2010.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2011.